

Crítica e enfrentamento  
do fascismo nas teses  
“sobre o conceito de História”,  
de Walter Benjamin

*Critique and confrontation  
of fascism in Walter Benjamin's  
thesis “On the concept of history.”*

**Resumo**

À época da escrita das teses “Sobre o conceito de história”, Walter Benjamin buscava uma nova concepção de história capaz de explicar criticamente o fenômeno do fascismo. Ele avaliava que à derrota provisória no fronte político, com a ascensão do nazismo, associavam-se respostas teóricas insatisfatórias nas organizações ligadas às diretrizes da II Internacional. Especialmente a socialdemocracia alemã acrescentou à inabilidade das suas decisões políticas em 1914 e à sua responsabilidade na morte dos líderes espartaquistas Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht uma abordagem epistemológica criticamente ineficaz da história. Era necessário pensar com radicalidade esse momento de crise profunda, o que não seria possível com o atendimento a exigências metodológicas de objetividade e distanciamento. O presente artigo objetiva esclarecer as linhas diretrizes dessa proposta benjamianiana de enfrentamento do fascismo, seguindo a sua justificativa, os meios propostos e algumas consequências do seu compromisso a um só vez político e narrativo.

**Palavras-chave:** fascismo; história; escrita; Walter Benjamin

\* Universidade Federal de Goiás (UFG). Contato: [gilmario.filosofia@gmail.com](mailto:gilmario.filosofia@gmail.com)

Recebido em: 17/08/2022 Aceito em: 06/03/2023

**Abstract**

*By the time he was writing his theses “On the concept of history”, Walter Benjamin was looking for a new conception of history which was able to explain critically the Fascism phenomenon. He considered that the temporary defeat on the political front, with the rise of Nazism, related to unsatisfactory theoretical answer gave by organisations associated with the II International’s guidelines. Especially the German Social Democracy added to the inability of its political decisions in 1914 as well as to its responsibility for the death of the Spartacist leaders Rosa Luxemburg and Karl Liebknecht an epistemological approach of history which was ineffective in critical terms. That moment of deep crisis required a radical think, which was not possible if one follows methodological demands of objectivity and distance. This paper aims at enlightening the guidelines of Benjamin’s proposal to facing Fascism. To do so, we follow his justification, the means he proposes, and some consequences of this commitment political as well as narrative.*

**Keywords:** fascism; history; writing; revolution; Walter Benjamin

**Introdução**

A referência mais antiga ao texto das teses “Sobre o conceito de história” encontra-se na carta de Benjamin a Horkheimer de 22 de fevereiro de 1940. Escrita em francês, nela esclarece que o material se relacionava ao ensaio que havia escrito sobre Eduard Fuchs, em 1937. Pretendia desenvolver um conceito não positivista de história, distinto dos procedimentos ainda observáveis mesmo em autores que Benjamin afirmava estarem próximos a ele e a Horkheimer - possivelmente os socialdemocratas<sup>1</sup>. Tal como faria na carta a Gretel Adorno, que mencionaremos adiante, o estágio do texto não recomendava a publicação. Alude adicionalmente aos “problemas teóricos” exigidos pela situação política que enfrentavam. Podem-se aquilatar as suas perplexidades se examinamos uma carta escrita quase dois anos antes, ao mesmo

---

1 Com isso, intentava produzir “uma cisão irreversível entre o nosso modo de ver e os resquícios do positivismo que, segundo penso, marcam tão profundamente até aqueles conceitos da História que, em si mesmos, nos estão mais próximos” (BENJAMIN, 2010, p. 149-150).

Horkheimer, em 3 de agosto de 1938, na qual expressava a expectativa de que a União Soviética, apesar de todas as críticas que a essa altura ele já dirigia ao stalinismo, pudesse ser uma aliada importante na luta contra o fascismo. Tudo isso, contudo, revela uma ilusão que se desfez um ano mais tarde, com o pacto entre Hitler e Stalin. O seu estado de espírito diante das condições históricas em que escreveu as “Teses” é referido por Scholem em uma passagem do artigo “Walter Benjamin e o seu anjo”, redigido em 1972. Com a escrita do texto, Benjamin “conseguiu despertar do choque produzido pelo pacto Hitler-Stalin. Como resposta a esse pacto, ele o leu à época ao escritor Soma Morgenstern, um antigo conhecido e companheiro de infortúnios” (SCHOLEM, 1977, p. 231)<sup>2</sup>. Em 10 de fevereiro de 1940, Benjamin responde a uma carta enviada em inglês por Gretel Adorno, na qual menciona a guerra e as circunstâncias que a desencadearam como o motivo de haver retomado os apontamentos da tese. Observa que há muito lidava com as ideias ali dispostas – aproximadamente vinte anos, o que parecia incluir nessas reflexões o “Fragmento teológico-político” (1921). Rejeita, não obstante, a possibilidade de publicá-los<sup>3</sup>. Ele temia que se o publicasse nesse estágio, provocaria mal-entendidos.

Em um dos fragmentos dos materiais preparatórios das “Teses”, ele relaciona a necessidade de uma nova teoria da história à premência de se explicar o fenômeno do fascismo em termos mais adequados do que os disponíveis à época (BENJAMIN, 2010, p. 164). Semelhante propósito se devia à avaliação de que a derrota provisória no fronte político associavam-se respostas teóricas insatisfatórias fornecidas pelas organizações ligadas em alguma medida às diretrizes da II Internacional. Especialmente a socialdemocracia alemã acrescentou à inabilidade das suas decisões políticas em 1914<sup>4</sup> e ao seu comportamento criminoso com os líderes espartaquistas Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht uma abordagem epistemológica criticamente ineficaz da história. O momento político em que o texto foi escrito sublinha a tentativa

---

2 “Benjamin wrote those “Theses on the Philosophy of History” in which he accomplished his awakening from the shock of the Hitler-Stalin pact. As a reply to this pact, he read them at this time to the writer Soma Morgenstern, an old acquaintance and companion in misfortune”. Ao longo do artigo, oferecemos em tradução livre as passagens dos textos sem edição em português.

3 “Não preciso te dizer que nem de longe penso na publicação destes apontamentos, e muito menos na forma em que tos mando” (BENJAMIN, 2010, p. 150).

4 Tal como a votação dos créditos suplementares de guerra, apoiando assim a entrada do país na Primeira Guerra Mundial, em flagrante contradição com os princípios internacionalistas que deveria seguir, consoante as diretrizes do partido.

de pensar com a necessária radicalidade um momento de crise profunda. O atendimento a exigências metodológicas de objetividade e distanciamento não se quadrava com os princípios defendidos por Benjamin e considerados fundamentais ao enfrentamento do “momento de perigo” em sua época.

### 1. A necessidade de um conceito crítico de história

O fascismo é apresentado nas “Teses” como uma possibilidade histórica perigosa. Hans-Dieter Kittsteiner sublinha um aspecto inquietante desse fenômeno: o instante em que nem mesmo os mortos se encontrem em segurança: “O fascismo significa um momento do maior perigo. Ele está prestes a falsificar o conjunto da história, não apenas repelindo, mas também exterminando aqueles que deveriam ter trazido redenção ao passado e ao presente” (KITTSSTEINER, 2016, p. 31)<sup>5</sup>. Essa observação parece referir-se aos riscos de falsificação da história, em cujo processo se envolve um jogo de interpretação e armadura semântica de que decorrerá o modo como a história da opressão será narrada adiante. Podem dispor de uma estrutura de racionalização com que atenuam o horror e, por vezes, simplesmente o negam. Nada impediria que, em obtendo a vitória, o fascismo pudesse impingir os seus próprios crimes aos adversários. Implicam-se aqui a *crise humanitária* e a *crise do conceito de história*. Os pressupostos assim manifestos atestam a insuficiência de postura distanciada com a justificativa de se oferecerem argumentos objetivos. Estamos diante da “impossibilidade de uma indiferença hermenêutica. [...] Semelhante desafio permanece atual, assim como uma leitura engajada ou militante, mesmo se tais atributos pareçam ultrapassados” (GAGNEBIN, 2011, p. 286)<sup>6</sup>.

As relações entre o messianismo e o marxismo nas “Teses” formam parte desse horizonte de preocupações políticas, embora não lhes sejam inteiramente comensuráveis. A orientação do texto parece referir as dúvidas acerca da “imagem verdadeira do passado”, que não pode comprometer-se com soluções deterministas ou com o distanciamento objetivo. Por caminhos e desvios diversos, semelhante imagem auxiliaria no entendimento das relações dos sujeitos históricos com o próprio presente: “Uma que não está comprometida

---

5 “*Faschismus bedeutet ihm ein Moment höchster Gefahr. Dieser ist im Begriff, die gesamte Geschichte zu falsifizieren, indem er diejenigen, die der Vergangenheit und Gegenwart Erlösung hätte bringen sollen, nicht nur zurückschlägt, sondern ausrotte*”.

6 “*die Unmöglichkeit hermeneutischer Indifferenz [...] Diese Herausforderung bleibt aktuell, ebenso wie eine engagierte oder militante Lektüre, auch wenn solche Attribute veraltet klingen mögen*”.

nem com o determinismo da ideologia do progresso nem com a exigência supostamente desinteressada do historicismo com que descreveria a história universal” (GAGNEBIN, 2011, p. 284)<sup>7</sup>. Destarte, o recurso à teologia também se deveria ao momento de urgência que o seu autor identificava na época, à sombra do acordo político já referido entre Alemanha e União Soviética. Na carta a Horkheimer mencionada anteriormente, Benjamin informa que as “Teses” significavam uma retomada das preocupações teóricas desenvolvidas no ensaio sobre Fuchs. De fato, a maior parte dos temas ali presentes reaparece aqui. No entanto, a proposta de inter-relacionar materialismo e teologia não se encontrava no texto anterior. Tal mudança parece indicar a necessidade de se refletir acerca de outros modelos de temporalidade, com os quais se encontrem os meios propícios à elaboração de preceitos teóricos adequados à urgência política manifesta na época: “Quando Benjamin fala em “articular o passado historicamente”, isso significa o interesse em reunir em um único e mesmo movimento a construção do passado e a transformação do presente” (GAGNEBIN, 2011, p. 288)<sup>8</sup>.

A sua preocupação com o fascismo não era recente. Em uma resenha escrita na década anterior, “Teorias do fascismo alemão” (1930), ele expressa a mesma contundência e capacidade de sugerir que as tensões políticas presentes poderiam conduzir a uma escalada progressiva rumo à barbárie. O texto faz um balanço crítico da coletânea organizada por Ernst Jünger, *Guerra e guerreiros*. Notadamente, sublinha o método insatisfatório seguido pelo autor, marcado pelo uso escasso do conhecimento histórico e a incompreensão do caráter ambíguo da técnica. A certa altura, Benjamin compara satiricamente os contribuidores da obra a “um noivo que abraça mal. De fato, esses autores abraçam mal o pensamento. É preciso levá-lo até eles, e é o que fazemos aqui” (1986, p. 132). O livro recorria a algumas formulações em princípio simples, mas uma análise mais atenta revelaria ângulos imprevistos e mesmo mais incômodos. É o caso da expressão “vencer uma guerra”. O sentido usual associa-se ao desfecho do conflito, no qual se anuncia um vencedor – e isso pode significar desde o pagamento de reparações à posse de espólios variados. Habitualmente, ao ouvirem semelhante expressão, é a essa imagem que as

---

7 “ein Bild, das weder dem Determinismus der Fortschrittsideologie noch dem vorgeblich interesselosen Anspruch des Historismus auf Beschreibung der Universalgeschichte verpflichtet ist”.

8 “Wenn Benjamin davon spricht, »Vergangenes historisch [zu] artikulieren«, geht es ihm darum, die Konstruktion des Vergangenen und die Transformation der Gegenwart in ein und derselben Bewegung zu vereinen”.

peças se voltam. No entanto, pode-se ocultar aqui um sentido que não nega o anterior, contudo o expande de modo considerável. Neste caso, “vencer a guerra” não se associa ao encerramento de um conflito, e sim ao direito de manipulá-lo conforme os desejos e os interesses do vencedor. O vencedor não se assenhoreia somente dos espólios da guerra; conquista propriamente a semântica mesma da guerra e a administração da paz: “o vencedor a incorpora ao seu patrimônio, transforma-a em coisa sua, o vencido não a tem mais, é obrigado a viver sem ela. E não somente a guerra em geral, mas também todas as suas peripécias, cada uma de suas jogadas” (1986, p. 132-133). Benjamin também critica a retórica da guerra presente na coletânea, que, para resgatar a excelência perdida da Alemanha, utiliza imagens e ideias mais consentâneas com a morte do que com a vida pretensamente exaltada em suas páginas. Sequer o discurso da decadência do Ocidente pode ser lido sem desconfiança. De fato, em mais de um momento da história esse arremedo de diagnóstico serviu sub-repticiamente para justificar atos persecutórios e medidas excepcionais que não teriam outra procedência senão uma apropriação decadente da tradição. Ademais, moveram-se em espiral de idealizações tão extremada que a vida concreta deixava de ser a finalidade das suas propostas para converter-se em obstáculo incômodo que se deveria remover sem piedade. O recurso às guerras não poderia receber justificativa mais apaixonada, a decadência não poderia encontrar incentivo mais eloquente.

A semelhante idealismo se liga o uso da técnica para a destruição da natureza e o seu emudecimento. É importante ressaltar que Benjamin não está condenando a técnica em si mesma<sup>9</sup>; a sua análise focaliza os fundamentos do seu uso hegemônico, que recorre a abstrações sequenciais. Nesse caso, apenas seria capaz de assegurar uma tecnologia da morte baseada em formulações desprovidas de preocupação com a referência à realidade histórica e social mais concreta: “A guerra como abstração física, professada pelo novo nacionalismo, nada mais é do que a tentativa de desvendar por meio da técnica, de maneira mística e imediata, o segredo de uma natureza concebida em termos idealistas” (1986, p. 135). Benjamin sugere em contrapartida que esses escritores se dediquem a conhecer efetivamente o significado da paz em seu panegírico da guerra – tal mudança poderia auxiliá-los no melhor encaminhamento de uma tarefa para a qual a sua competência ainda se revelava

---

9 Observem-se, por exemplo, as reflexões desenvolvidas em *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (1936), em que sobressaem as potencialidades emancipatórias da técnica cinematográfica associadas ao declínio da aura.

insatisfatória: “Vocês já foram ao encontro da paz em uma criança, em uma árvore, em um animal, assim como no campo de batalha vocês foram ao encontro de um posto avançado? E sem esperar a resposta, diremos: Não!” (BENJAMIN, 1986, p. 134). O desfecho da resenha assume feição profética, se se considerarem os desdobramentos do fascismo nos anos seguintes e o início da conflagração mundial, com o gerenciamento tecnológico da morte em larga escala que a caracterizou. Na argumentação benjaminiana, entram pelo menos dois procedimentos caros à sua filosofia: o exercício da *sobriedade* (*Nüchternheit*) e a exigência de *despertar* (*Aufwachen*):

*Na verdade, é apenas isto: a única oportunidade, a mais terrível e derradeira, de corrigir a incapacidade dos povos de organizarem suas relações mútuas segundo o modelo de suas relações com a natureza, através da técnica. Se a correção fracassar, milhões de corpos humanos serão estraçalhados pelo gás e pelo aço – isso é inevitável –, mas mesmo os hábitos dos terríficos poderes ctônicos, que levam a filosofia de Klages na mochila, não descobrirão nem a décima parte daquilo que a natureza promete aos seus filhos menos curiosos e mais sóbrios: que a técnica não é um fetiche para a destruição, mas uma chave para a felicidade. Eles darão uma prova dessa sobriedade quando se recusarem a ver na próxima guerra uma intervenção mágica e quando descobrirem nela a imagem do cotidiano; essa descoberta os levará a transformá-la em guerra civil: mágica marxista, a única à altura desse tenebroso feitiço das runas (BENJAMIN, 1986, p. 137).*

A expressão “poderes ctônicos” (*chthonische Schreckensmächte*), tomada à mitologia, consigna espécie de pesadelo do qual se deve despertar. Alude igualmente à catábase da guerra, na qual não havia nenhuma passagem a uma sabedoria mais alta, e à mística do “sangue e terra” inscrita no movimento nacionalista alemão. Em vez de se moverem as expectativas e as ações em favor da guerra mundial contra a suposta decadência do Ocidente, seria mais acertado dirigir-se contra o poder da classe dominante alemã, cujos interesses materiais constituíam o cerne do problema. A metáfora do “tenebroso feitiço das runas” (*finster Runenzauber*) parece referir-se às letras do alfabeto de línguas germânicas antigas. Se é assim, figura a retórica nacionalista que alimentava o clima belicista fundado na mística das origens do povo alemão, daí a referência a “poderes ctônicos”, associados a “sangue e terra”. Benjamin contrapõe a essa mística das origens e da continuidade a *ruptura* associada ao despertar político coletivo.

Nos anos seguintes, o pensador alemão incorpora novos temas e formulações em sua filosofia, ao mesmo tempo em que depara com uma situação histórica progressivamente favorável ao fascismo. Torna-se crucial nesse embate a busca de meios de se apresentar criticamente a relação com o passado, necessidade a que alguns elementos da obra de Proust e de Freud poderia atender. Em grande medida, buscou transpor para o nível coletivo e consciente os resultados das investigações desses autores, que se dirigiam à memória individual e ao inconsciente. Neste caso específico, o modo como lida com os dois autores é muito particular, em razão de sublinhar procedimentos de intensificação temporal advinda das promessas não realizadas do passado. Não lhe interessa a busca de uma imagem da eternidade livre do tempo e da morte, o que talvez permita “recuperar uma verdadeira imagem do passado no sentido de uma promessa não redimida a qual o presente no “instante de recognoscibilidade”, isto é, no “Instante de perigo”, [...] pode recolher e recuperar” (GAGNEBIN, 2011, p. 292)<sup>10</sup>.

Essa experiência da temporalidade poderia retirar o passado e o futuro de relações lineares necessárias. Semelhante proposta exige para o seu entendimento a análise das relações entre a narrativa proustiana e os escritos benjaminianos. Peter Szondi examina em ensaio modelar as linhas principais dessa relação, concentrando-se na *Recherche proustiana* e no livro *sui generis* de memórias do pensador alemão, *Infância berlinense por volta de 1900*, com incursões em *Rua de mão única* e nas “Teses”. É comum a Proust e Benjamin a referência à infância como tema das suas reflexões e das tentativas sucessivas de recuperação do tempo perdido. Todavia, as semelhanças aparentes escondem diferenças mais significativas. O escritor francês indaga os meios de superar o próprio tempo em seu esforço diligente de readquirir o tempo perdido: para ele “a busca do tempo perdido como passado tem como meta a perda do tempo enquanto tal” (SZONDI, 2009, p. 17). O filósofo alemão, por sua vez, segue propósito e caminhos distintos, uma vez que a sua experiência com o passado não retrai o tempo, mas descerra as vias do futuro. O seu intento é o de aprofundar a experiência da temporalidade ao expressar a própria relação com o futuro em termos radicalmente temporais, pois se vincula ao passado e não à pura ideia do porvir. Em termos mais concretos, significa o recurso ao futuro do pretérito com o qual se localizam promessas não realizadas à espera

---

10 “ein wahres Bild der Vergangenheit geborgen werden könne, im Sinne eines uneingelösten Versprechens, das die Gegenwart indes im »Augenblick seiner Erkennbarkeit«, d. h. auch »im Augenblick einer Gefahr« [...] erfassen und wiederaufnehmen kann”.

de salvação: “Embora o caminho para a origem seja um caminho de volta, ele é um retorno a um futuro que, embora já passado e pervertido na sua idéia, conserva mais promessas do que a imagem atual do futuro” (SZONDI, 2009, p. 22). Em relação às “Teses”, tais considerações encontram convergência para um novo conceito de história assente em relações dialéticas entre passado e futuro. Não anula o tempo na expectativa de uma experiência da eternidade, tampouco inscreve em tonalidade otimista os passos de um encadeamento em direção ao progresso. São postas em favor da redenção e da ruptura com o contínuo da história, esta outra maneira de referir a eternidade por intermédio da impossibilidade de uma experiência humana efetiva com o tempo.

## 2. A exigência de ruptura com a narrativa dos vencedores

As considerações linguísticas e metodológicas mencionadas anteriormente exigem análises igualmente atentas às suas formulações teóricas e escolhas expositivas. É certo que as “Teses” dispõem de caráter fragmentário e não sistemático, mas não lhes falta rigor. Mesmo no estágio provisório em que se encontram, notabilizam-se pela escassez de articulação coesiva entre as frases e entre as teses umas com as outras. As imagens dispostas no texto – dentre as quais sobressaem as imagens dialéticas – resistem a uma decifração semântica não residual e incentivam uma relação aberta com o material, constituindo-se no correlato apropriado à abertura da história e do passado. A tese inicial expõe essa lide alegórica e discursiva e as dificuldades ainda geradoras de polêmicas em intérpretes os mais diversos:

*Como se sabe, deve ter havido um autômato, construído de tal maneira que, a cada jogada de um enxadrista, ele respondia com uma contrajogada que lhe assegurava a vitória da partida. Diante do tabuleiro, que repousava sobre uma ampla mesa, sentava-se um boneco em trajes turcos, com um narguilê à boca. Um sistema de espelhos despertava a ilusão de que essa mesa de todos os lados era transparente. Na verdade, um anão corcunda, mestre no jogo de xadrez, estava sentado dentro dela e conduzia, por fios, a mão do boneco. Pode-se imaginar na filosofia uma contrapartida dessa aparelhagem. O boneco chamado “materialismo histórico” deve ganhar sempre. Ele pode medir-se, sem mais, com qualquer adversário, desde que tome a seu serviço a teologia [wenn sie die Theologie in ihren Dienst nimmt], que, hoje, sabidamente, é pequena e feia e que, de toda maneira, não deve se deixar ver (BENJAMIN, 2005, tese I, p. 41; 1991a, p. 693).*

Os planos alegóricos do texto sublinham a articulação entre messianismo e materialismo histórico. Não falta ironia à imagem do materialismo como marionete conduzida por um anão<sup>11</sup>, em um quadro que prima pela ausência de idealização e heroísmo. Sobretudo, trata-se de uma partida, de um jogo, cujo desfecho nunca é garantido, mesmo com o auxílio dos melhores enxadristas. O teólogo deve esconder-se e, nessa imagem, parece sugerir-se a existência de camadas teológicas escondidas no pensamento benjaminiano. Deve esconder-se apenas devido ao repúdio que inspira? Ou também por que o objetivo não é o de uma simples reconversão teológica do pensamento e da prática política? O auxílio nesse caso implicaria colocar o seu conhecimento a serviço de um problema urgente, a luta dos oprimidos e o enfrentamento do fascismo. A marionete, segundo Löwy, representaria, no conjunto do autômato, as leis mecânicas da história conforme professadas pelos teóricos da II e da III Internacionais: “Aos olhos de Benjamin, o materialismo histórico torna-se efetivamente, nas mãos desses porta-vozes, um método que percebe a história como um tipo de máquina que conduz “automaticamente” ao triunfo do socialismo” (2005, p. 41). Essa interpretação tem a vantagem de ligar a alegoria com os temas principais desenvolvidos – e apresentados – nas teses. No entanto, ainda mantém o caráter meramente passivo do autômato, incapaz de iniciativa própria. Em semelhante esquema, o caráter inexorável das leis históricas é substituído pela ação unidirecional da teologia. De qualquer forma, Löwy sustenta corretamente que a teologia está, no texto, a serviço do materialismo histórico sem a qual lhe faltam forças bastantes para vencer a situação de perigo iminente à época.

É particularmente relevante a esse respeito a tese VIII, que orienta a crítica ao fascismo por ângulos e conceitos novos. O objetivo de elaborar uma teoria apropriada nessa luta ganha aqui contornos mais explícitos e indicações que permitem seguir algumas hipóteses de entendimento da proposta:

*A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” no qual vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de história que dê conta disso. Então surgirá diante de nós nossa tarefa, a de instaurar o real estado de exceção; e graças a isso, nossa posição na luta contra o fascismo tornar-se-á melhor. A chance deste consiste, não por último, em que seus adversários o afrontem em nome do progresso como se este fosse uma norma*

---

11 Mencionamos, dentre os autores que reconhecem o caráter irônico da alegoria, Löwy (2005, p. 41) e Gagnebin (2011, p. 296).

*histórica. – O espanto em constatar que os acontecimentos que vivemos “ainda” sejam possíveis no século XX não é nenhum espanto filosófico. Ele não está no início de um conhecimento, a menos que seja o de mostrar que a representação da história donde provém aquele espanto é insustentável (BENJAMIN, 2005, tese VIII, p. 83).*

Ideias significativas concentram-se na primeira proposição: *tradição dos oprimidos e estado de exceção*. O último se revela por meio da primeira. O autor julga ser necessário elaborar um conceito de história capaz de acolher semelhante relação, conceder-lhe o esclarecimento e a imagem devidos. A luta contra o fascismo fortalece-se com a instauração de um “verdadeiro estado de exceção”, de uma ruptura efetiva a ponto de tornar manifestos os vínculos entre a ideologia do progresso e o fascismo, em que pesem a retórica e imagens conservadoras do último. A referência ao espanto formula ironicamente esse ponto. Benjamin se serve do substantivo *Staunen*, utilizado para traduzir para o alemão a palavra grega *thaumazein*. Retoma desse modo uma tradição antiga que remonta a Platão e Aristóteles<sup>12</sup>. Aos pensadores gregos e aos contemporâneos do filósofo alemão, surpresos com o fortalecimento do fascismo, se vincularia a figura do espanto com que originariamente expressavam a sua perplexidade. Diferencia-os, no entanto, aspectos fundamentais. Os primeiros moviam-se pelo misto de estranhamento e novidade do olhar com que iniciavam a tarefa complexa de elaboração das suas teorias. Os últimos deixavam entrever nessa disposição de ânimo a incapacidade de divisar na aparente novidade um movimento mais antigo. Benjamin pretende assim evidenciar que a situação contemporânea, com a vitória provisória do fascismo, não deveria escapar a um observador mais crítico<sup>13</sup>.

12 O uso associado à atividade filosófica encontra-se, por exemplo, no *Teeteto* e na *Metafísica*: “Estou vendo, amigo, que Teodoro não ajuizou erradamente tua natureza, pois a admiração [*to thaumazein*] é a verdadeira característica do filósofo” (PLATÃO, 1988, 155d, p. 20); “De fato, os homens começaram a filosofar, agora como na origem, por causa da admiração [*ton atopon thaumasantes*], na medida em que, inicialmente, ficavam perplexos diante das dificuldades mais simples” (ARISTÓTELES, 2002, I, 2, 982b 12-21, p. 11).

13 Em uma observação sobre as “Teses”, contida em seu *Diário de Trabalho*, na entrada de agosto de 1941, Brecht relembra uma observação de Benjamin sobre a ingenuidade de quem se mostrava surpreso com a emergência do fascismo: “troça da frase, tantas vezes ouvida, que diz que é de admirar que uma coisa como o fascismo ‘ainda possa acontecer neste século’ (como se ele não fosse fruto de todos os séculos)” (BRECHT in BENJAMIN, 2010, p. 151). Marcuse ressalta que um aspecto importante da análise benjaminiana do fascismo funda-se no recurso ao negativo como princípio explicativo e à tese de que esse regime não implica ponto fora de curva, uma excrescência no seio da civilização, mas o perfeito arremate das tendências atuantes desde o início do século XX (MARCUSE, 2016, p. 26).

A tese VIII ainda se detém no conceito de estado de exceção, nele imprimindo mudanças com respeito a um trabalho anterior do autor, *A origem do drama barroco [Trauerspiel] alemão*. Aqui o estado de exceção se vinculava ao estudo da soberania no contexto das lutas religiosas do séc. XVII e ao interesse da Cúria Romana na manutenção da antiga doutrina, procedente da Idade Média. Era uma doutrina que admitia a possibilidade do tiranicídio, embora manifestasse desacordo com respeito ao sujeito investido de legitimidade para praticá-lo. O interesse da cúpula romana se explicava por constituir-se como alternativa na resistência a príncipes inimigos, sobretudo nas escaramuças contra os protestantes, os quais se empenhavam em uma nova fundamentação do poder: “Com o aparecimento dos Artigos galicanos, em 1682, caíram os últimos bastiões da teoria teocrática do Estado; a inviolabilidade absoluta do soberano foi defendida com êxito diante da Cúria” (BENJAMIN, 1984, p. 89). É justo no centro dessa discussão no universo barroco que se encontram as análises sobre o estado de exceção. Benjamin utiliza, como uma das suas referências, uma obra de Carl Schmidt, *Teologia política*<sup>14</sup>, para quem a soberania se fundaria na possibilidade de se decidir pelo estado de exceção:

*Ao passo que o conceito moderno de soberania resulta no exercício pelo Príncipe de um poder executivo supremo, o do Barroco nasce de uma discussão sobre o estado de exceção [des Aufnahmestandes], e considera que impedi-lo é a mais importante função do Príncipe. Quem reina [herrscht] já está desde o início destinado a exercer poderes ditatoriais [diktatorischer Gewalt], num estado de exceção, quando este é provocado por guerras, revoltas ou outras catástrofes (BENJAMIN, 1984, p. 89; 1991a, p. 245).*

A análise do vocabulário pode auxiliar no entendimento dessa passagem. O verbo *herrschen* significa “reinar” e “dominar”. Caracteriza um instituto dedicado não apenas ao segmento administrativo e jurídico, mas também político no sentido de investir-se legitimamente da possibilidade de submeter a si o corpo dos cidadãos. O substantivo *Gewalt*, por sua vez, denota tanto “poder”, quanto “violência”. São indissociáveis em diversos momentos do texto e do ensaio “Sobre a crítica do poder/violência” (1921). Decidir-se por uma das opções de tradução é difícil e nem sempre o contexto é suficiente para dirimir dúvidas. Tais atributos conferem ao sujeito político investido da soberania a decisão por instituir ou suprimir o estado de exceção.

---

14 Ele a menciona especificamente nas notas 14, 16 e 17 da primeira parte de *A origem do drama barroco alemão*.

Isto posto, em que consiste o “verdadeiro estado de exceção” na referida tese VIII? Benjamin contrapõe a narrativa histórica predominante em sua época, especialmente a de historicistas e socialdemocratas, à interrupção característica das medidas excepcionais. Atribui à sua hipótese o atributo de verdade porque, em vez de um eterno retorno da manutenção do status quo a que recorre a sociedade burguesa face ao menor sinal de movimentação revolucionária, busca-se vincar uma ruptura efetiva na história<sup>15</sup>. A sugestão de Löwy, de que “verdadeiro estado de exceção” concerne à sociedade sem

---

15 Em contexto diverso, porque ainda não se vislumbravam riscos fascistas no horizonte nem o autor havia se aproximado efetivamente do marxismo, Benjamin apresentou no ensaio “Sobre a crítica do poder/violência” análises sobre o sentido de medidas excepcionais no sistema jurídico burguês. Sustenta que ao se verem ameaçadas, por exemplo, pela *greve geral revolucionária*, as autoridades constituídas recorrem a essas medidas que *suspendem* provisoriamente o estado de aparente normalidade jurídico-político com o intento de *conservar* as instituições vigentes: “O conflito das duas concepções se mostra de maneira pungente diante da greve geral revolucionária. Nesse caso, o operariado vai reivindicar toda vez o seu direito de greve, o Estado, porém chamará essa reivindicação de abuso [*Mißbrauch*] (pois o sentido do direito de greve “não era bem assim”), e baixará decretos especiais [*Sonderverfügungen*]” (BENJAMIN, 1986, p. 163; 1991b, p. 184). Instala-se aí uma contradição entre a violência da greve trabalhadora, prevista em lei, e a resposta repressiva do Estado, ao recorrer também à violência e amparado em leis, embora sejam leis excepcionais. O caso do *putsch de Kapp* está na origem dessas reflexões benjaminianas, e esclarece tais princípios. Entre 1919 e 1923 sucederam-se diversas tentativas de golpe contra a República de Weimar protagonizadas por extremistas de direita. Os membros do judiciário alemão, de perfil conservador, trataram-nas com tolerância, atitude oposta a que demonstrariam com os revolucionários de esquerda, muitos dos quais foram condenados à morte (LOUREIRO, 2005, p. 80). Em grande medida, tais procedimentos tornariam esse judiciário incapaz de enfrentar as movimentações totalitárias de direita que se radicalizariam nos anos seguintes. Em março de 1920, apoiados por setores de classe média, segmentos militares tentam realizar um golpe com o objetivo de derrubar o governo da República de Weimar. O evento ficou conhecido como *putsch de Kapp* – referência a um alto funcionário do governo prussiano, Wolfgang Kapp, um dos líderes do grupo. Tais movimentações recebem como resposta a contraofensiva dos trabalhadores organizados por meio de uma greve geral em diversas cidades do país, em 14 de março. A greve assumiria caráter insurrecional nos dias seguintes, especialmente na região do Ruhr. A trégua firmada entre governo e militares serviria para compor um acordo a fim de reprimir os trabalhadores. No contexto dos eventos subsequentes ao golpe, um importante jurista, Herbert Vorwerk, foi consultado sobre os limites do uso do poder/violência (*Gewalt*) em semelhante caso. Ele sublinha os aspectos legal – positivismo jurídico – e ético – lei natural – da questão. Benjamin identifica nesse artigo escrito pelo jurista alemão deficiências significativas, que dizem respeito sobretudo ao uso da argumentação jurídica e ética em favor do golpe de Kapp, sem que sejam extensivas ao direito da trabalhadora resistirem a esse mesmo golpe (FENVES, 2011, p. 217). A constituição da República de Weimar devia a sua existência às lutas dos mesmos grupos que haveria de reprimir. Não se tratava apenas de conservar determinado núcleo de poder, mas principalmente de assegurar a posição garantidora do exercício da violência instrumental com que a greve de massas pretendia romper: “A alteração, degradação e ruína de instituições político-judiciais, como um processo imanente e dialético, não é uma transformação do próprio princípio da posição das instituições judiciais. Ao contrário, é precisamente em razão desse princípio que as instituições legais são transformadas e substituídas por imposições sempre diversas, e que essa série de transformações deixa inalterada a forma de imposição e sua origem na violência instrumental” (HAMACHER, 1997, p. 126). Agradeço ao Prof. Rafael Vieira (ESS-UFRRJ) as indicações precisas e generosas sobre o *putsch de Kapp*.

classes, parece-nos em linhas gerais correta: “Uma luta cujo objetivo final é o de produzir “o verdadeiro estado de exceção”, ou seja, a abolição da dominação, a sociedade sem classes” (LÖWY, 2005, p. 85). Todavia, não se deve esquecer o gesto fundador de toda essa sequência textual que se volta para a luta teórico-política contra o fascismo, do qual a imagem da sociedade sem classes ocupa lugar certamente relevante, mas não exclusivo.

Finalmente, alguns aspectos adicionais do compromisso crítico do filósofo alemão com o combate ao fascismo são expressos na tese X. Ela se inicia com uma curiosa aproximação entre um preceito religioso católico e o método seguido pelo autor e se encerra com a retomada em novos registros da ideia de interrupção. A exemplo do que se verifica em outras teses, sobressai estilisticamente a economia de elementos coesivos, tais como conjunções e outras partículas anafóricas ou catafóricas, o que configura uma apresentação adequada ao seu plano político e epistemológico:

*Os objetos que a regra monacal propunha aos monges para a meditação tinham a tarefa de torná-los avessos ao mundo e à sua agitação. O curso de pensamento que aqui perseguimos emergiu de uma determinação semelhante. Num instante em que os políticos, em quem os adversários do fascismo [die Gegner des Faschismus] tinham colocado as suas esperanças, jazem por terra e reforçam sua derrota com a traição à própria causa, esse curso de pensamento se propõe a desvencilhar os filhos políticos deste século dos liames [aus den Netzen zu lösen] com que os políticos os tinham enredado. Partimos da consideração de que a crença obstinada desses políticos no progresso [der sture Fortschrittsglaube dieser Politiker], sua confiança em sua “base de massa” e, finalmente, sua submissão servil a um aparelho incontrolável, foram três aspectos de uma única e mesma coisa. Essa consideração procura dar uma ideia do quanto custa a nosso pensamento habitual elaborar uma concepção da história [eine Vorstellung von Geschichte] que evite toda e qualquer cumplicidade com aquela a que esses interesses políticos continuam se apegar (BENJAMIN, 2005, tese X, p. 96; 1991a, p. 698).*

A referência ao regime monacal serve a um propósito analógico e irônico: compara o afastamento do mundo que os monges tinham de aprender com o distanciamento do próprio autor com respeito à azáfama das decisões políticas e partidárias que nada faziam efetivamente para conter o avanço do fascismo e derrotá-lo. O texto apresenta nova imagem de ruptura, que se

mostra coerente com essa ideia de distanciamento: era necessário romper (*lösen*) com os liames (*Netze*) em que se enleavam os adversários do fascismo, presos à retórica dos seus representantes políticos, que demonstravam capacidade insatisfatória de refletir de modo mais radical acerca dos fundamentos do regime que tentavam combater. Os políticos a que Benjamin faz alusão manifestavam atitude religiosa com respeito ao progresso – mais precisamente, uma “fé obstinada no progresso” (*die sture Fortschrittsglaube*) –, que limitava teórica e praticamente os seus movimentos. Deve-se ainda mencionar a “submissão servil” (*servile Einordnung*) ao aparelho partidário, comportamento acentuadamente fetichista, como se o partido consistisse em instituto natural e eximido de qualquer crítica. A concepção de história assim proposta rompe com qualquer cumplicidade com atores que reforçariam de algum modo a ordem reinante e assume o compromisso com a derrota do fascismo. De modo complementar, o exercício da memória formaria a contraparte dessas exigências.

### 3. O compromisso com a memória e a escrita dos vencidos

Em uma das notas preparatórias para as “Teses”, Benjamin ressalta o vínculo entre *empatia* e *presentificação*, nele identificando formas conflitantes com o exercício da rememoração. Em seu movimento pretensamente afirmativo, ambas requerem a existência de um objeto acabado a fim de satisfazer a expectativa de identificação e proximidade. A *rememoração*, diferentemente, consiste em uma atividade dirigida a um objeto inacabado e aberto, a saber, o *passado*. Semelhante distinção mostra-se crucial ao entendimento do conceito benjaminiano de revolução, o qual assume posição de radicalidade no interior do marxismo: “A empatia [*Einführung*] com os tempos passados [*Gewesene*] serve, em última análise, a sua presentificação [*Vergegenwärtigung*]. Não é por acaso que a tendência para esta última se casa bem com uma ideia positivista da história” (BENJAMIN, 2010, p. 153; 1991a, p. 1231). A par com o questionamento da presunção de certa historiografia tornar presente o passado, segue a crítica às teorias que consignam a correlação entre a suposta existência de leis na história e a estrutura das leis da natureza. Todos esses problemas, em níveis variados, enfeixam-se nos textos de historicistas e socialdemocratas, cujos excessos serão objeto de crítica recorrente desenvolvida pelo autor. A consequência que entrevê naqueles pensadores é a de se associarem aos vencedores.

É justo o que se examina na tese VII ao referir o historiador francês Fustel de Coulanges, cujo método de investigação preconizava o exercício da empatia (*Einfühlung*). A crítica benjaminiana segue aqui um percurso inusitado. Não elabora as consequências do procedimento, tampouco expõe as suas fragilidades epistemológicas. Antes, interessa-se pela origem desse tipo de identificação, que guarda relações com a acedia medieval: “Sua origem [*Ursprung*] é a indolência do coração, a acedia, que hesita em apoderar-se da imagem histórica autêntica que lampeja fugaz. Para os teólogos da Idade Média ela contava como o fundamento originário da tristeza” (BENJAMIN, 2005, tese VII, p. 70; 1991a, p. 696). O termo que o autor usa para referir “origem”, *Ursprung*, sugere que ele não está interessado em um início propriamente linear do fenômeno, mas em uma situação histórica complexa que permite entrever com mais clareza o objeto, sem que seja a sua causa única e direta. Por meio dessa estratégia, evidencia-se uma disposição insuficientemente crítica nos protocolos metodológicos dos historicistas - dos quais Coulanges era um dos mais importantes -, cuja empatia, ou identificação afetiva com o passado, implica tomá-lo como objeto acabado em si mesmo e incapaz de produzir ainda efeitos sobre o presente. Contrariamente às suas intenções aparentes, a pretensa neutralidade desses autores concorre para os interesses dos grupos dominantes: “A natureza dessa tristeza torna-se mais nítida quando se levanta a questão de saber com quem, afinal, propriamente o historiador do Historicismo se identifica afetivamente? A resposta é, inegavelmente: com o vencedor” (BENJAMIN, 2005, tese VII, p. 70). Ao ligar-se desse modo os vencedores do presente aos do passado, enredados em uma herança milenar, retira-se ao movimento histórico a sua marcha necessariamente progressista. Sobressaem assim em planos concêntricos a pilhagem dos bens da humanidade e as afinidades teóricas dos historiadores.

A análise crítica dos bens culturais descerra ângulos significativos do problema, graças às contradições entre a alta sensibilidade e aparente progresso dos seus produtores e os sacrifícios humanos exigidos tanto para a sua feitura quanto para a sua transmissão:

*Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje, jazem por terra. A presa, como sempre de costume, é conduzida no cortejo triunfante. Chamam-na bens culturais [Kulturgüter]. Eles terão de contar, no materialismo histórico, com um observador distanciado, pois o que ele, com seu olhar; abarca como bens culturais atesta, sem exceção,*

*uma proveniência que ele não pode considerar sem horror. Sua existência não se deve somente ao esforço dos grandes gênios, seus criadores, mas, também, à corveia sem nome de seus contemporâneos. Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2005, tese VII, p. 70; 1991a, p. 696-697).*

Benjamin compara os “bens culturais” (*Kulturgüter*) a despojos de guerra. Observa que as origens desses bens suscitam horror (*Grauen*) no historiador materialista, pois manifestam as bases de exploração do trabalho nas quais se assentam a atividade de artistas variados – a menção à “corveia” remete a uma prática histórica concreta que serve como imagem contraposta à exposição artística depurada de qualquer referência social. A exploração física completa-se com – ou firma-se em – o anonimato dos trabalhadores. Os gênios não apenas dispuseram do tempo necessário para a criação, mas também do nome que entra na história e é objeto da memória e da transmissão. Ao duplo reconhecimento de um grupo corresponde a dupla despossessão de outro. O estado de barbárie atribuído ironicamente a objetos que atestariam os avanços da civilização não é um aspecto residual da história, mas entranha-se na própria transmissibilidade da tradição, no que ela escolhe legar para a posteridade e na escolha das narrativas de que se servirá a esse propósito. O contraponto metodológico proposto pelo materialismo histórico benjaminiano compromete-se com “escovar a história a contrapelo”. Tais imagens permitem divisar as possibilidades de uma escrita da história dos vencidos que se distinguiria pelo questionamento de sistemas totalizantes e de signos históricos naturalizados.

Benjamin segue, portanto, via diversa à das exigências exclusivas de objetividade e de transformação dos eventos passados em conhecimento histórico. Seu empenho radica-se na avaliação crítica da transmissibilidade dos bens culturais, cujos resultados reorientam tanto a abordagem do passado, quanto a do próprio presente. Nessa perspectiva, a afirmação metodológica da empatia com o passado defendida pelo historiador positivista impede que ele reflita criticamente acerca da imagem mesma desse passado pressuposta em seu trabalho, como também mantém intocada a imagem prevalecente das múltiplas instâncias de poder e violência que estruturam as relações sociais do presente:

“Se o historiador positivista manifesta empatia pelo passado, ele se furta não apenas de questionar a imagem predominante do passado, mas também fortalece sobretudo a continuidade do próprio presente ao assegurar o status quo” (GAGNEBIN, 2011, p. 287)<sup>16</sup>. Benjamin não toma assim o passado como um evento fixo e definitivo cujo conhecimento se alcançaria mediante métodos objetivos rigorosos. De modo diferente, apresenta-o como instância passível de contribuir à transformação do próprio presente. Ambos são atravessados por imagens que não se conformam harmoniosamente, pois compõem-se de modo descontínuo e são passíveis de assumir novos significados.

O conceito marxista de luta de classes nas “Teses” vincula-se em parte a essas análises. Faz sobressair a escolha da perspectiva a partir da qual elas foram escritas e pretende lançar luz sobre determinada relação com o passado capaz de explodir a continuidade histórica de que resultam certas atitudes epistemológicas e políticas com o presente. Tomem-se estas considerações na tese IV:

*A luta de classes, que um historiador escolado em Marx tem sempre diante dos olhos, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não há coisas finas e espirituais. Apesar disso, estas últimas estão presentes na luta de classes de outra maneira que a da representação [Vorstellung] de uma presa que toca ao vencedor. Elas estão vivas nessa luta como confiança, como coragem, como humor, como astúcia, como tenacidade, e elas retroagem ao fundo longínquo do tempo. Elas porão incessantemente em questão cada vitória que couber aos dominantes. Como flores que voltam suas corolas para o sol, assim o que foi aspira, por um secreto heliotropismo, a voltar-se para o sol que está a se levantar no céu da história. Essa mudança, a mais imperceptível de todas, o materialista histórico tem que saber discernir (BENJAMIN, 2005, tese IV, p. 58; 1991a, p. 694-695).*

A luta de classes constitui-se em um conceito importante do materialismo histórico conforme Benjamin o compreende. Em Marx, a visada nesse tema desfaz imagens harmonizadoras da história e tem como núcleo disputas de intensidade variada pelos bens materiais básicos. A isso se acrescentariam os bens espirituais, que também compõem tal paisagem de conflitos sucessivos,

---

16 “Wenn sich der positivistische Historiker in die Vergangenheit einführt, erspart er sich nicht nur, das vorherrschende Bild der Vergangenheit zu hinterfragen, sondern er bestärkt sich vor allem selbst im Fortbestand der eigenen Gegenwart, in der Sicherung des Status quo”.

embora a sua “bela aparência” pareça sublimá-los. Por intermédio da posse desses dois tipos a classe dominante expressa as diversas camadas da sua influência no conjunto da sociedade. Tais ponderações iniciais exigem uma representação (*Vorstellung*) da história distinta de teor heroico e edificante habituado a situar aqueles bens como decorrência de um triunfo legitimamente conquistado. Longe de ser um processo consumado, semelhante panorama apresenta-se vivo e o proletariado – embora o termo não esteja explicitado no texto, pode-se depreendê-lo sem dificuldades – deve dispor das melhores qualidades para o enfrentamento que lhe cabe, as quais não se limitam aos atributos físicos, mas também incluem os espirituais. Os dois tipos talvez correspondam aos bens materiais e espirituais das frases de abertura: *confiança, coragem, humor, astúcia e tenacidade*, virtudes que implicam tomar a sério o caráter ativo desses atores sociais. Nota-se, além disso, a recusa a práticas condescendentes disfarçadas na crítica comprometida exclusivamente com as reivindicações materiais, como se as exigências espirituais fossem apanágio das classes dominantes.

Todas essas predisposições incidem sobre o modo de apresentação do passado, em cuja distância mais profunda elas penetram, assim rompendo a linearidade dos acontecimentos na história. À imagem temporal segue-se uma bela analogia espacial: associa-se o movimento das plantas em busca do sol, necessário à complexa cadeia de fotossíntese de que participam, às aspirações de todos os que foram (*das Gewesene*), ou seja, de todos os vencidos e oprimidos. A imagem do sol parece ligar-se ao movimento não aparente de transformações favoráveis a dirigir a história a outros caminhos – o que significa, em termos benjaminianos, superar estruturas sistemáticas de opressão e silenciamento. Aqui a analogia poderia suscitar mal-entendidos, pois a alusão às qualidades subjetivas dos atores históricos faz sobressair a práxis susceptível a romper qualquer representação da história movida por leis similares às da natureza – não se trata, portanto, de um processo natural. O que se deve reter é o desejo de um movimento conduzido de modo surpreendente e passível de realizar transformações profundas. Considerar a matéria viva desse passado capaz de conferir radicalidade à práxis revolucionária seria a matéria da reflexão desenvolvida nessa passagem do texto.

Toda essa linha argumentativa acrescenta novos elementos ao estudo crítico da história e da historiografia e ao enfrentamento do fascismo. Permite, em especial, explicitar outra fragilidade no programa da socialdemocracia alemã, desta vez referida ao modo otimista com que se avaliaram as relações entre técnica e trabalho e o curso necessariamente progressista da história.

Em muitos dos seus representantes - como, por exemplo, Karl Kautsky, um pensador de grande talento e erudição -, o fascismo não encontraria terreno fértil em sociedades industriais avançadas. Com essa hipótese, concedia-se atenção insuficiente para a natureza essencialmente ambígua da técnica, o que levava a expectativas pouco críticas das relações entre trabalho e técnica e a recorrerem a uma caracterização moral do trabalho com influxos protestantes implícitos. Tais valores morais impunham dificuldades ao entendimento de que o mesmo trabalho que instituía possibilidades de uma práxis transformadora do mundo era também o responsável pelo empobrecimento da experiência e pela alienação. Importante a esse respeito é a expressão benjaminiana “a velha moral protestante do obrar (*die alte protestantische Werkmoral*)” (2005, tese XI, p. 100; 1991a, p. 699), que se atualizava no movimento operário, a quem deveria o papel de revisitar criticamente a tradição e os seus processos de transmissibilidade. Benjamin observa que semelhante confusão já era discernível no Programa de Gotha, quando indicava ser o trabalho fonte de riqueza e cultura. Marx ofereceu a esse respeito um contraponto preciso, mas que não foi suficiente para evitar os equívocos que se sucederam<sup>17</sup>. A argumentação benjaminiana, em termos próximos da marxiana, era a de que os trabalhadores não usufruem do fruto do trabalho, salvo de maneira residual. Motivado pelo progresso no poder sobre a natureza, que julga instância alvissareira, Joseph Dietzgen<sup>18</sup> e outros autores influentes na socialdemocracia alemã ignoram os retrocessos da sociedade relacionados a

---

17 Na *Crítica do programa de Gotha* (texto escrito em 1875 e publicado postumamente em 1891) acham-se alguns dos poucos comentários mais pormenorizados de Marx sobre o significado e peculiaridade do socialismo, sua proposta para a vida social e política, bem como o tipo de organização econômica apresentada como alternativa efetiva ao modo de produção capitalista. As “Glosas marginais ao programa do Partido Operário Alemão”, nas quais estão as críticas ao referido programa do Congresso de Gotha, iniciam-se com esclarecimentos sobre a fonte da riqueza. Tal não seria “o trabalho”, conforme consta do programa, e sim mais propriamente a força de trabalho e a natureza. O reparo associa-se à crítica da sociedade burguesa, nomeadamente à mistificação do trabalho a cargo das classes proprietárias, interessadas no escamoteamento das condições materiais concretas do processo produtivo. Nos termos de Marx, o trabalhador torna-se “um escravo daqueles que se apropriaram das condições objetivas do trabalho. Ele só pode trabalhar com sua permissão, portanto, só pode viver com sua permissão” (2012, p. 24). Parece haver nesse juízo o discernimento dos riscos de o programa elaborado em Gotha fortalecer um individualismo de jaez burguês, esquecido, contra as suas intenções, da organização social das forças produtivas.

18 Michael Löwy informa alguns dados sobre o teor da filosofia de Dietzgen: “Benjamin se opõe à ideologia “progressista” de um certo socialismo “científico” – representado aqui pelo socialpósitivista alemão Joseph Dietzgen, muito esquecido hoje, mas muito popular na socialdemocracia alemã da virada do século (e citado muitas vezes por Lenin em “Materialismo e empiriocriticismo”, sua obra mais “ortodoxa”) – que reduz a natureza a uma matéria-prima da indústria, a uma mercadoria “gratuita”, a um objeto de dominação e de exploração ilimitada” (2005, p. 105).

semelhante dominação, a qual se dá necessariamente a par com a dominação do próprio homem. Benjamin identifica na dominação da natureza “traços tecnocráticos” adiante integrados no fascismo: “Esse conceito marxista vulgar [...] só quer se aperceber dos progressos da dominação da natureza, mas não dos retrocessos da sociedade. Ele já mostra os traços tecnocráticos que serão encontrados, mais tarde, no fascismo” (BENJAMIN, 2005, tese XI, p. 100).

O conceito mesmo de natureza se revelava equivocado e, no limite, acumpliado da catástrofe política seguinte. Provocativamente, o autor contrasta semelhante doutrina da desenvolvida pelos socialistas utópicos, como Fourier, cuja ideia de natureza, caso se deseje recorrer à retórica socialdemocrática, era mais avançada do que a desenvolvida nesses círculos que pretendiam seguir exigências científicas consistentes. As consequências que Benjamin retira dessas ideias tornam problemáticas tais pretensões: a exploração da natureza (*Ausbeutung der Natur*) tem a sua contraparte na exploração do proletariado (*Ausbeutung des Proletariats*).

As ponderações críticas assim dispostas responderiam ao sentido de urgência da época. Em vez de se fiarem em materialismo comprometido com as ilusões da infinitude do espírito, concentram-se na finitude da ação e no seu caráter decisivo do qual depende o contorno da história futura. O materialismo deveria constituir-se em antípoda de toda sorte de conformismo e do pacto que este celebra, ainda que involuntariamente, com os vencedores e com o esquecimento dos vencidos. A história é um constructo humano pouco ou nada condizente com leis evolutivas abstratas, sendo a imagem da ruptura a que permite de modo mais apropriado a sua compreensão. É nesse sentido, segundo nos parece, que ele sustenta ser a classe oprimida o sujeito não apenas da *história*, mas do próprio *conhecimento da história*:

*O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe oprimida, a classe combatente. Em Marx ela se apresenta como a última classe escravizada, a classe vingadora que, em nome de gerações de derrotados, leva a termo a obra de libertação. Essa consciência que, por pouco tempo, se fez valer ainda uma vez no “Spartacus”, desde sempre escandalizou a socialdemocracia. No decurso de três décadas, a socialdemocracia quase conseguiu apagar o nome de um Blanqui, cujo som de bronze abalara o século anterior. Ela teve prazer em atribuir à classe trabalhadora o papel de redentora das gerações futuras. Com isso ela lhe cortou o tendão da melhor força. Nessa escola a classe trabalhadora desaprendeu tanto o ódio quanto a vontade de sacrifício. Pois ambos se nutrem da visão dos ancestrais escravizados, e não do ideal dos descendentes libertados” (BENJAMIN, 2005, tese XII, p. 108).*

Discorre-se inicialmente aqui sobre algumas questões epistemológicas. Ao tratar do conteúdo do conhecimento histórico, refere-se ao *sujeito do conhecimento histórico*, e não ao seu objeto. Isso significa que essa classe é a responsável por conhecer efetivamente a história, em razão da sua atividade política? Ou que ao se proporem a estudá-la, os historiadores não deveriam tomá-la como simples objeto? As duas possibilidades não parecem excludentes. Löwy julga distinguir nessa formulação a influência de Rosa Luxemburgo, para quem a *consciência de classe* nasce da luta política: “lembra uma ideia que perpassa os principais escritos de Rosa Luxemburgo: a consciência de classe – e, portanto, o conhecimento – resulta antes de mais nada da prática de luta, da experiência ativa da classe operária” (LÖWY, 2005, p. 108-109). Contrária, nesse sentido, a ideia de “consciência introduzida de fora”, presente em setores dogmáticos da II Internacional.

Finalmente, a tese ora em exame define a classe trabalhadora com os qualificativos de *oprimida e combatente*. Ela é tanto a portadora do futuro como a aliada das gerações derrotadas no passado, para as quais dedica a sua “obra de libertação”. Quando se menciona Spartacus no texto, a referência não se restringe ao líder da revolta dos escravos na Roma antiga, mas também ao movimento espartaquista de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que provocou “escândalo e vergonha” no meio socialdemocrata alemão, sobretudo por seu compromisso com a práxis revolucionária à qual eles concediam importância decisiva e sem concessões ao conformismo dos colegas de partido. Esse conformismo não se limitava às suas decisões políticas contemporâneas, pois incidia não menos sobre o passado, como se pode atestar pelo modo questionável como lidaram com o legado de Blanqui. O papel redentor conferido à classe trabalhadora era convenientemente dirigido às gerações futuras, o que a enfraqueceu, de modo decisivo, em um instante decisivo. Tanto o *ódio* quanto a *vontade de sacrifício* desapareceram no seio dessa classe. O resultado procedia da escolha por mobilizar a ação política de acordo com abstrações – o futuro –, em vez de conceder a devida importância à atividade concreta em favor dos espoliados do passado de que é herdeira direta. Contrasta-se a “visão dos ancestrais escravizados” e uma libertação futura tão somente *ideal*. Löwy lembra a propósito (2005, p. 115) uma passagem das notas preparatórias às “Teses” na qual Benjamin, ao mencionar brevemente um poema de Brecht<sup>19</sup>, escreve este comentário pungente: “Esperamos dos que virão

---

19 O poema “Aos que vão nascer” compõe-se de três partes e integra a obra *Poemas de Svendborg* (1939). Benjamin parece ter em mente sobretudo o segmento final: “Vocês, que emergirão do di-

a nascer [*Nachgebornen*], não o agradecimento pelas nossas vitórias, mas a rememoração [*Eingedenken*] das nossas derrotas. Isto é consolo: a única consolação que pode existir para aqueles que já não têm esperança de consolo” (2010, p. 161; 1991a, p. 1240). Nesse momento reúnem-se o compromisso revolucionário com as gerações oprimidas do passado, atribuído à classe trabalhadora, e a busca por consolo ante um período histórico que encerrava riscos ponderáveis confirmados pela história futura.

### Conclusão

As reflexões benjaminianas sobre o conceito de história assumem *caráter epistemológico*, no exame dos problemas da abordagem positivista, e *orientação política*, na crítica ao fascismo e exposição dos meios efetivos de se enfrentá-lo. Os dois propósitos fundamentam-se em uma relação com o passado indissociavelmente comprometida com as demandas do presente. A corrente de forças políticas que ameaça o presente suscita perigos não menos importantes sobre o passado. Nesse sentido, uma fundamentação epistemológica objetiva da história, embora se oriente pelo rigor científico com o qual pretende respeitar o passado no si mesmo da sua manifestação, conduz paradoxalmente a vinculá-lo aos interesses dos grupos dominantes, os “vencedores da história”, em termos benjaminianos. Tal se deve ao fato de que ele se apresentaria nesse quadro como evento acabado e cujos efeitos sobre o presente limitam-se ao plano causal, além de legitimarem os arranjos de poder desse mesmo presente como arremate temporal necessário dos elos temporais anteriores.

As premissas epistemológicas benjaminianas sublinham o equívoco nesse tipo de apresentação da história. O passado não se encontra acabado, tampouco responde por um arranjo necessário dos eventos temporais – há promessas ainda não cumpridas à espera de salvação, além de que esses eventos poderiam ter sido conduzidos de maneira diferente do rumo que tomaram. É nesse sentido que a indagação epistemológica acerca da história é inseparável da análise do compromisso político de enfrentamento do fascismo,

---

lúvio / Em que afundamos / Pensem / Quando falarem de nossas fraquezas / Também nos tempos negros / De que escaparam. / Andávamos então, trocando de países como de sandálias / Através das lutas de classes, desesperados / Quando havia só injustiça e nenhuma revolta. / Entretanto sabemos: / Também o ódio à baixaza / Deforma as feições. / Também a ira pela injustiça / Torna a voz rouca. Ah, e nós / Que queríamos preparar o chão para o amor / Não pudemos nós mesmos ser amigos. / Mas vocês, quando chegar o momento / Do homem ser parceiro do homem / Pensem em nós / Com simpatia” (BRECHT, 2012, p. 213-214).

explicando esse fenômeno a partir de processos históricos situados em escolhas políticas e processos econômicos observáveis desde o início do século XX. Ademais, propõe a leitura do passado a partir das “vozes silenciadas”, o que significa um gesto simultaneamente *ético*, com respeito à memória, e *político*, relacionado à escolha do campo de luta contra a barbárie.

As referências à rememoração e ao protagonismo do proletariado incorporavam à justificativa e meios de enfrentamento do fascismo o exame do papel dos atores políticos fundamentais ao objetivo proposto. Eles são vistos sob dupla orientação: a do compromisso com um passado inacabado e com os sacrifícios dos sujeitos – individuais e coletivos – esquecidos pela história oficial; e a da possibilidade de a sua práxis assumir caráter revolucionário e capaz de romper com o conformismo pressuposto em uma concepção de história dirigida racionalmente pelo progresso. As duas instâncias são complementares. Com a rememoração é firmado um pacto com os vencidos e se reabre a história com o objetivo de se enfrentar os perigos do presente – o proletariado tem interesse nessa atividade, pois é herdeiro dos vencidos e explorados. Em um dos fragmentos das *Passagens*, lê-se: “A experiência de nossa geração: o capitalismo não morrerá de morte natural” (BENJAMIN, 2006, X 11a, 3, p. 708). Algo semelhante se poderia dizer do fascismo: ele não seria derrotado naturalmente pelo progresso da humanidade. A análise benjaminiana do fascismo articula assim o nível crítico e a exigência da práxis tanto em sua atitude de rememoração quanto nas exigências narrativas.

## Referências

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2002.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Tradução de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

\_\_\_\_\_. *Documentos de cultura, documentos de barbárie (escritos escolhidos)*. Seleção e apresentação de Willi Bolle; tradução de Celeste H. M. Ribeiro de Sousa et. al. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1986.

\_\_\_\_\_. *Gesammelte Schriften I*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991a.

\_\_\_\_\_. *Gesammelte Schriften II*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991b.

- \_\_\_\_\_. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução, apresentação e notas: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Passagens*. Organização da edição brasileira por Willi Bolle, com colaboração de Olgária Matos. Tradução do alemão: Irene Aron; tradução do francês: Cleonice Paes B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. Teses “Sobre o conceito de história”. In: LÖWY, Michael. *Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Tradução de Wanda Nogueira C. Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BRECHT, Bertolt. *Poemas: 1913-1956*. Seleção e tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2012.
- FENVES, Peter. *The messianic reduction: Walter Benjamin and the shape of time*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2011. (Crossing Aesthetics).
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Über den Begriff der Geschichte. In: LINDNER, Burckhardt (Hrsg.). *Benjamin Handbuch: Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart/Weimar: J. B. Metzler, 2011.
- HAMACHER, Werner. Aformativo, greve: a “Crítica da violência” de Benjamin. In: BENJAMIN, Andrew; OSBORNE, Peter (Org.). *A filosofia de Walter Benjamin: destruição e experiência*. Tradução de Maria Luiza X de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- KITTSTEINER, Heinz-Dieter. Die »geschichtsphilosophischen These«. In: BULTHAUP, Peter (Hrsg.). *Materialien zu Benjamins Thesen >Über den Begriff der Geschichte<*: Beiträge und Interpretationen. 2. Auflage. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2016.
- LOUREIRO, Isabel. *A revolução alemã (1918-1923)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. (Coleção Revoluções do Século XX).
- LÖWY, Michael. *Aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Tradução de Wanda Nogueira C. Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARCUSE, Herbert. Revolution und Kritik der Gewalt. In: BULTHAUP, Peter (Hrsg.). *Materialien zu Benjamins Thesen >Über den Begriff der Geschichte<*: Beiträge und Interpretationen. 2. Auflage. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2016.
- MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PLATÃO. Teeteto. In: *Teeteto e Crátilo*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 2. ed. Belém: Editora UFPA, 1988.
- SCHOLEM, Gerschom. Walter Benjamin and his angel. In: *On Jews and Judaism in crisis: selected essays*. Edited and translated by Werner J. Dannhauser. New York: Schocken, 1977.
- SZONDI, Peter Szondi. Esperança no passado – sobre Walter Benjamin. Tradução de Luciano Gatti. *Artefilosofia*, Ouro Preto, n. 6, p. 13-25, abr. 2009.